

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 836-2122 (PABX).



- 6 JUL 1987

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Na Constituinte o Prêmio Nobel da bestialogia

O presidente José Sarney leu e não gostou. O multi-presidente Ulysses Guimarães torceu o nariz. O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão maior, acha que o texto está inaproveitável. A esquerda menos burra detestou; a direita considera o trabalho cheio de defeitos; e o centro quer mudar tudo. Até o responsável pelo documento, o relator da Comissão de Sistematização, não demonstra nenhum entusiasmo pelo primeiro esboço da nova Constituição, produzido, ou, melhor, compilado por ele e por seus relatores auxiliares em cima de propostas já aprovadas nas oito comissões temáticas em que se dividiu a Assembléia Nacional Constituinte.

Só há uma conclusão possível diante deste unânime repúdio aos 501 artigos enfileirados pelo deputado Bernardo Cabral: como não aparece uma única alma entre os 559 constituintes para defender este anteprojeto, tudo nos autoriza a pensar que esses senhores passaram os cinco meses iniciais de atividade da Constituinte — período marcado por disputas civilizadas e por feroçíssimas brigas — brincando de fazer Constituição. Quando o monstro, fruto de uma simbiose entre o despreparo da maioria dos constituintes e os vezos ideológicos de certos grupelhos radicais, ficou pronto, ninguém quis assumir publicamente sua paternidade. O Frankenstein constitucional nasceu sem pai e sem mãe.

Falta tudo nesta aberração político-jurídica: doutrina, lógica e, até mesmo, um pouco de gramática e de conhecimento do idioma português. Nesse contexto, entende-se por que nenhum parlamentar constituinte esteja querendo comprometer-se abertamente com tal obra, onde sobressaem algumas pérolas como as que se seguem, um amontoado de redundâncias e sandices sem o menor sentido; e, também, sem a menor necessidade.

1. É obrigação do Estado "favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdade entre todos, critério que legitima a intervenção equalizadora do Estado, para alinhar a sociedade na direção de uma democracia com liberdades igualadas". (É ou não é o "Prêmio Nobel" da bestialogia?)

2. É função do Estado "promover a justiça social pela implementação das condições necessárias para que a felicidade de cada um não custe a infelicidade de ninguém".

Depois disso, os privilegiados cidadãos brasileiros terão alcançado a felicidade geral e a liberdade total, terão atingido — todos — a Passárgada do poeta Manuel Bandeira, que por enquanto é só dos amigos do Rei. Naturalmente, se alguém conseguir traduzir para o bom português o que os constituintes querem dizer com o que está escrito.

3. "Adquire-se a condição de sujeito com direito pelo nascimento com vida."

4. "O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento."

Com esses dois artigos inscritos na Constituição, por decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte, o brasileiro nascido com morte não tem direitos e o homem brasileiro não tem a obrigação nem o direito de parir e amamentar. E a não ser que os grupos feministas (aliados aos grupos gays) consigam mudar a cabeça dos senhores constituintes, na sua imensa maioria homens, teremos consagrada em nossa moderna Carta Magna esta odiosa discriminação!

Pela amostra, não resta a menor dúvida de que o *Crioulo Doido*, um personagem criado pelo saudoso humorista Stanislaw Ponte Preta que, de tanto escrever sambas-enredo baseado em fatos históricos, começou a "trocar as bolas" e acabou casando a princesa Leopoldina com Tiradentes, conduziu o espetáculo, até agora, na Constituinte.

Esse lado folclórico, extremamente deprimente, e que confirma o baixíssimo nível do Congresso constituinte, não é, nem de longe, o mais grave. O que é mais preocupante neste conjunto de 501 artigos que o deputado Cabral e seus auxiliares montaram com a preciosa colaboração do computador do Senado (olha, quem sabe a culpa dessa loucura toda não é da máquina!) é o seu conteúdo, sua diretriz ideológica.

Em que pesem os esforços bem-sucedidos dos liberais para barrar as propostas dos radicais na Comissão da Ordem Econômica, as forças nacional-estatizantes conseguiram impor suas posições em outras comissões. E como a Comissão de Sistematização não irá, como já declarou Bernardo Cabral, alterar o mérito de nenhuma proposta, o resultado é que chegará ao plenário da Constituinte, para discussão e votação, um texto que nada tem a ver com o que pensa e aspira a maioria da sociedade brasileira. Como consequência das manobras dessa minoria de radicais, temos um projeto que, em toda a sua imensa imbecilidade, privilegia a ação do Estado em detrimento da empresa privada; um projeto paternalista, autoritário, falsamente nacionalista.

Os senhores constituintes, que orgulhosamente gostam de dizer que estão preparando o Brasil do futuro, na verdade estão jogando o País em direção ao passado. As idéias mais novas que os nacional-estatizantes conhecem já estão fora de moda nos países desenvolvidos pelo menos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Esse nacionalismo de fancaria, esse paternalismo irresponsável e esse endeusamento do Estado, que eles querem consagrar na nova Constituição brasileira, já começam a cheirar mofo até na União Soviética.

Enquanto os senhores constituintes brincam de institucionalizar a inviabilização do País de amanhã, a grave crise econômica e social que atravessamos ameaça inviabilizar o País de hoje. Os episódios recentes acontecidos no Rio de Janeiro são mais do que um alerta. Não é hora para exibicionismos e postulações de caráter pessoal ou mesmo partidário.

Desses 501 artigos que estão aí não sairá nenhuma democracia, talvez não saia nem mesmo uma nação soberana, porque, certamente, sairá um país paupérrimo. Contudo, os nacional-estatizantes que são minoria no partido, mas estranhamente dominam o PMDB pelo terror, criaram obstáculos e conseguiram — até aqui, pelo menos — boicotar a sensata proposta do senador José Richa de que se parassem os trabalhos da Constituinte por uns tempos para repensar o que foi feito e começar tudo de novo.

Com que direito o PMDB faz isso? Esse partido hoje, apesar de majoritário no parlamento e nos Estados, já não representa mais a vontade do povo brasileiro. A supremacia do PMDB é fruto do maior estelionato eleitoral da história da República: escondeu o fracasso do cruzado e enganou o povo para conquistar votos; e agora, quando a situação se inverteu, quer votar de oposição, como se a responsabilidade pelo que estamos enfrentando não fosse de seus políticos com suas ambições.

O eleitor, porém, não se deixa iludir duas vezes. As vaias com que o presidente Sarney tem sido brindado

atualmente se dirigem também aos partidários do dr. Ulysses. Não há como fugir desta realidade e o PMDB será cobrado por suas loucuras, muito mais cedo do que pensa, principalmente se insistir em boicotar o Plano Bresser e em impingir ao País esta Constituição bestial-estatizante que seus radicais armaram à sombra das omissões de muitos liberais.

Este projeto pode até ser muito engraçado, mas ninguém tem o direito de fazer graça com o destino de uma nação inteira!